

Consolidado				
Nota	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	Hierarquia	Valor	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Valor justo por meio do resultado:				
4	240.346	Nível 2	182.109	Nível 2
5	60.398	Nível 2	70.767	Nível 2
	<u>300.744</u>		<u>252.876</u>	

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Custo amortizado:				
4	9	363	299	1.894
6	-	-	114.246	118.636
	-	-	20.439	16.526
	<u>9</u>	<u>363</u>	<u>134.984</u>	<u>137.056</u>

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Outros Passivos Financeiros:				
12	-	-	14.032	12.530
13	-	-	1.052.067	1.184.107
16	-	-	801.811	803.215
	-	-	<u>1.867.910</u>	<u>1.999.852</u>

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "ii");
- Risco de liquidez (veja item "iii"); e
- Risco de mercado (veja item "iv").

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco. Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 4),

escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019.

Nota Explicativa	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
13	(18.196)	(36.402)	(142.759)	(204.533)	(193.676)	(783.011)	(1.378.577)
12	(14.032)	-	-	-	-	-	-
	<u>(38.120)</u>	<u>(48.185)</u>	<u>(196.221)</u>	<u>(278.400)</u>	<u>(270.833)</u>	<u>(2.292.680)</u>	<u>(3.124.438)</u>

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 4,40% a.a.; TJLP 5,57% a.a.; IGPM 7,32% a.a.). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos financeiros ativos - Aplicações Financeiras				
Valor exposto	Risco	CDI		
		Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
300.744	Redução da CDI	(90)	(3.376)	(6.661)

Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES				
Valor exposto	Risco	TJLP		
		Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
(1.052.067)	Aumento da TJLP	-	(14.650)	(29.308)

Instrumentos financeiros passivos - UBIP				
Valor exposto	Risco	IGPM		
		Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
801.811	Aumento do IGPM	-	14.673	29.346

- Cenário Provável (I) Os índices de CDI, TJLP e IGPM considerados no cenário provável são de: 4,37% a.a., 5,57% a.a. e 7,32% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
- Cenário II e III Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

(v) Outros riscos

Análise de risco de não renovação da concessão

A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da **Chapecoense Geração S.A.**
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapecoense Geração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Chapecoense Geração S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
Cristiano Jardim Seguecio
CRC 2SP014428/O-6
Contador CRC SP-244525/O-9 T-SC

Parer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I - O Relatório Anual da Administração - Exercício de 2019; II - O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e III - O parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido

em 07 de fevereiro de 2020. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Chapecoense Geração S.A., e a vista do parecer da KPMG Auditores Independentes de 28 de janeiro de 2020, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020.

Conselheiros Fiscais:
Lucas Azevedo Katz Zajd
Tiago da Costa Parreira
Viviane Duarte dos Santos

FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.		Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019.	
CNPJ 04.591.168/0001-70			
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	240.636	183.640
Contas a receber de clientes	6	114.246	118.636
Impostos a recuperar	7	8.685	14.434
Despesas antecipadas	8	14.007	27.702
Outros créditos		1.774	962
		<u>379.348</u>	<u>345.374</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	60.398	70.767
Impostos a recuperar	7	8.988	9.147
Impostos diferidos	24.a	5.624	9.698
Despesas antecipadas	8	-	13.690
Outros créditos		18.665	15.564
Imobilizado	9	2.254.111	2.313.395
Intangível	10	396.669	419.059
		<u>2.744.455</u>	<u>2.851.320</u>
Total do ativo		3.123.803	3.196.694
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	14.032	12.530
Empréstimos e financiamentos	12	138.759	138.706
Salários e obrigações sociais		1.653	1.348
Impostos a recolher	13.a	6.841	6.096
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.b	115.162	100.650
Provisão para riscos fiscais	16	12	-
Taxas regulamentares	14	31.921	30.405
Uso do bem público	15	70.698	68.585
Dividendos declarados	17.c	73.087	66.143
		<u>452.165</u>	<u>424.463</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	913.308	1.045.401
Uso do bem público	15	731.113	734.630
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	2.931	2.961
		<u>1.647.352</u>	<u>1.782.992</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		714.129	714.129
Reservas de lucros		310.157	275.110
Total do patrimônio líquido		1.024.286	989.239
Total do passivo e patrimônio líquido		3.123.803	3.196.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua...